Legislativo aprova pagamento de verba indenizatória e contratação de PSS para a Saúde

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

A Câmara Municipal de Pato Branco aprovou em primeira votação, na sessão dessa segunda-feira (31), dois projetos de lei que favorecem e amenizam a situação preocupante em que se encontram os servidores públicos municipais da área da Saúde, principalmente os que atuam na linha de frente no combate ao covid-19, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h, em Pato Branco.

Na quinta-feira passada (27), o presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Pato Branco – SINDSERVE, Alberi Giacomelli, protocolou ofício junto ao Legislativo expondo relatos de servidores sobre a situação precária do sistema de Saúde e as atuais condições de trabalho relativas à UPA 24h. O documento encaminhado pelo sindicato solicitava a adoção de medidas pelo Executivo Municipal.

De acordo com Giacomelli, diversos servidores entraram em contato para relatar as condições atuais de trabalho. "Constam das informações que a UPA 24h está sem servidores suficientes para atendimento da população, sendo que as escalas estão contando com apenas sete assistentes em saúde e cinco enfermeiros, sendo que o mínimo ideal é a atuação conjunta de dez assistentes em saúde e sete enfermeiros, sendo que a farmácia precisa de ao menos dois assistentes e a recepção precisa de um".

Segundo o ofício enviado pelo sindicato, a situação irá piorar nos próximos dias, pois diversos servidores lotados naquela unidade positivaram para covid-19 e estarão ausentes por, no mínimo, 14 dias.

"Necessário e urgente, portanto, que sejam adotadas medidas para a contratação de pessoal que possa imediatamente laborar na UPA 24h, seja através de PSS ou de contratação de pessoas jurídicas especializadas. Em razão de diversos servidores vacinados estarem sendo contaminados e positivando para covid-19, faz-se necessária nova sorologia naqueles lotados no UPA para verificação da imunidade. Caso não se verifique a imunização, devem os mesmos ser vacinados novamente", destacou o documento.

ASSESSORIA/CMPB



Os projetos de lei que favorecem a Saúde foram aprovados na sessão dessa segunda-feira (31)

O presidente do sindicato ressaltou que dos relatos também se verificou a inexistência de segurança no local e a urgência do pagamento do auxílio-covid, já que diversos servidores estavam cogitando a ideia de greve, por estarem exaustos.

Projetos aprovados

Na sessão dessa segunda-feira (31) foi aprovado em primeira votação, por unanimidade, o Projeto de Lei Ordinária nº 72 de 2021, de autoria de Executivo Municipal, que autoriza o pagamento de verba indenizatória excepcional e temporária para servidores municipais que exercerem atividades de combate à Pandemia da Covid-19.

A vereadora Maria Cristina Hamera (PV) ressaltou que além dos servidores da Saúde, também serão beneficiados os servidores que atuam no Departamento Municipal de Trânsito de Pato Branco (Depatran), por também atuarem na linha de frente no combate ao covid-19, ajudando na fiscalização.

Os vereadores solicitaram ao Executivo Municipal que a verba indenizatória seja paga o quanto antes, em folha complementar, e que a partir de julho entre em fluxo contínuo, enquanto durar a pandemia.

Contratação temporária

Também foi aprovado em primeira votação, por unanimidade, o Projeto de Lei Ordinária nº 98 de 2021, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza a contratação temporária em caráter emergencial através de Processo Seletivo Super Simplificado (PSS) de Farmacêuticos, Atendentes de Farmácia, Fisioterapeutas e Motoristas, no âmbito do Município de Pato Branco.

Secretária de Saúde e diretor da Vigilância Sanitária vão à Câmara explicar 'baile teste'

ASSESSORIA/CMPB



O diretor de Vigilância em Saúde de Pato Branco, Rodrigo Bertol, e a secretária municipal de Saúde, Lilian Cristina Brandalise

Cristina Vargas
cristina@diariodosudoeste.com.br

Participaram como convidados na sessão ordinária dessa segunda-feira (31), a secretária municipal de Saúde de Pato Branco, Lilian Cristina Brandalise, e o diretor de Vigilância em Saúde, Rodrigo Bertol.

Eles foram convidados pelos vereadores Januário Koslinski (PSDB), Lindomar Rodrigo Brandão (DEM), Marcos Junior Marini (Podemos), Rafael Celestrin (PSD) e Romulo Faggion (PSL) para falar sobre a Portaria nº 3, de 23 de abril de 2021, a qual dispõe sobre medidas excepcionais para realização de eventos em Pato Branco.

Bertol explicou como funcionou o 'baile teste', realizado no dia 9 de maio, em Pato Branco. Segundo ele, o objetivo foi avaliar a efetividade, na prática adequada das medidas sanitárias, aplicadas em um quantitativo de público, mantendo o distanciamento seguro, uso de máscara, sanitização das mãos, aferição da temperatura, tapetes sanitizantes, entre outros.

"Após o baile foi feita a busca ativa dos participantes. No dia 10 de maio foi entregue na Vigilância Sanitária as listas dos 406 presentes no evento, sendo 16 colaboradores e 390 clientes. Foram contatados 85,71% dos participantes. Posteriormente fizemos um comparativo entre a lista de participantes e a lista dos pacientes positivados. Não tivemos nenhum retorno de contaminados. Nessa semana fizemos contato com 10% dessas pessoas e não obtivemos sintomatologia. Tivemos duas pessoas que apresentaram sintomas e foram contatadas através da 7° Regional de Saúde, mas já havia passado 16 dias desde o baile. Subintende-se que no baile não ocorreu nenhum problema muito significativo sobre o processo", ressaltou Bertol.

Outro estudo piloto

O vereador Marini (Podemos) questionou se há previsão de ser realizado mais algum estudo piloto, como foi feito o do baile, mas para outros setores da área de eventos, quando passar essa terceira onda da covid. Bertol explicou que será estudado, porque é uma necessidade encontrar alternativas para esse setor.

O vereador Romulo Faggion (PSL) perguntou se ao invés de baile não teria sido melhor ter feito outro tipo de evento, como um casamento, por exemplo. Bertol ressaltou que alguns casamentos foram liberados, mas os bailes estão suspensos há mais de um ano, e é preciso olhar para esse segmento.

A vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (DEM) pediu mais atenção aos pequenos mercados da cidade, cujos proprietários estão sendo prejudicados com as medidas restritivas de funcionamento impostas pelo último decreto municipal. Bertol explicou que o município está seguindo o decreto do Estado, mas que vai avaliar o pedido futuramente.

